

Aprovado parecer às emendas sobre LDB

Em reunião conjunta (foto), as Comissões de Educação e de Constituição, Justiça e Cidadania aprovaram ontem o parecer do senador Darcy Ribeiro às emendas apresentadas em plenário ao projeto que institui nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). O projeto volta agora ao plenário da Casa para deliberação final.

Página 3



CCJ aprova a contratação de professor estrangeiro

A proposta de emenda constitucional que permite a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras foi aprovada ontem, por unanimidade, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Já aprovada pela Câmara dos Deputados, a emenda também concede autonomia às instituições de pesquisa científica e tecnológica. A proposta precisa ainda de aprovação em dois turnos pelo plenário do Senado.

Na mesma reunião, a CCJ aprovou projeto oriundo da Câmara que reorganiza as classes da carreira de policial federal e fixa a remuneração dos cargos.

Outro projeto aprovado pela Comissão de Justiça reestrutura a carreira de policial civil do Distrito Federal. Os dois projetos serão submetidos ainda à apreciação do plenário do Senado.

Patrocínio: Congresso vai derrubar veto a ligadura

Vários senadores lamentam decisão do presidente da República contra realização de cirurgias gratuitas em hospitais públicos

Vários senadores lamentaram ontem em plenário a decisão do presidente Fernando Henrique Cardoso de vetar o artigo do projeto de lei que permite aos hospitais públicos realizar gratuitamente operações de ligadura de trompas em mulheres que já têm dois filhos ou mais de 25 anos de idade. "O Congresso vai derrubar o veto", previu o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO).

O projeto foi fruto de um debate exaustivo com a sociedade nos últimos anos. Nasceu no Congresso com o apoio de

entidades de classe - afirmou Patrocínio, lembrando que os deputados e senadores aprovaram a possibilidade de esterilização "para acabar com os abortos clandestinos".

Em apertes, Bernardo Cabral (AM) garantiu que votará pela derrubada do veto. Emília Fernandes (PTB-RS) frisou que o veto é "uma discriminação contra o direito da mulher



Patrocínio

de decidir o número de filhos". Marina Silva (PT-AC) ressaltou que "ou o presidente foi mal assessorado ou fez a política do avestruz. Não quer ver alguns problemas sociais, como o aborto, é hipocrisia".

Ademir Andrade (PSB-PA) disse não saber se o presidente foi movido "por princípio ou porque os hospitais fariam a ligadura de trompas de graça". Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que o ministro da Saúde garantiu à deputada Marta Suplicy "que houve um erro no veto".

O CASO SIVAM

Senadores discutem incidente com brigadeiro

A decisão do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente das comissões que examinam o caso Sivam, de cancelar o depoimento que seria prestado pelo brigadeiro Ivan Frota, foi analisada por diversos senadores ontem no

plenário.

Sebastião Rocha afirmou que a decisão só é aceitável porque evitou o pior. Pedro Simon disse que Antonio Carlos poderia ter permitido o depoimento do brigadeiro e, quando o militar repetisse a

sua pregação golpista, deveria dar-lhe ordem de prisão.

Já Antonio Carlos Valadares e José Eduardo Dutra insistiram ontem na convocação do ex-presidente do Inera Francisco Graziano para depor perante as comissões. **Página 3**

Alcântara elogia acordo sobre Previdência

Página 2

Reservas indígenas geram polêmica

Marina Silva acusa governo de ceder a pressões de grupos e Edison Lobão questiona a necessidade de se destinarem 10% do território nacional a 250 mil índios



Comissão de Assuntos Econômicos inicia o processo final de apreciação da Lei de Patentes

CAE conclui votação de patentes dia 24

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado começou ontem o processo final de apreciação do projeto de Lei de Patentes. O parecer do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), relator da matéria na comissão, foi aprovado com o acolhimento parcial de várias emendas de plenário. Os destaques para votação de emendas em separado serão apreciados no dia 24.

Na reunião de ontem, foi aprovada mensagem do Executivo solicitando autorização do Senado para a contratação de operação de crédito externo, no valor de 160 milhões de dólares, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Alcântara elogia governo por buscar entendimento

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou ontem o acordo preliminar fechado entre o governo e as centrais sindicais CUT e CGT em torno da reforma da Previdência Social. "Acho que o presidente Fernando Henrique Cardoso agiu

como um social-democrata, sem se eximir de suas responsabilidades, mas também sem ignorar a manifestação da sociedade", disse ele.

Na opinião do senador, a experiência deve estender-se à reforma administrativa.

Júnia condena violação a direitos

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) afirmou ontem que o governo estimula a mentalidade discricionária de que as leis têm valor relativo. Ela se referiu às reformas administrativa e previdenciária e à edição de medidas provisórias que, na sua opinião, elegeram os funcionários públicos e os aposentados como bodes expiatórios.

No caso da Previdência, a senadora avalia que o Executivo ataca as vítimas (aposentados) e não os culpados (sonegadores e fraudadores).

Quanto à administração, Júnia condenou a suspensão, mediante reedição de medida provisória, do direito de os servidores públicos "venderem" 1/3 de suas férias

O decreto que abre a possibilidade de ações para diminuir o tamanho das reservas dos índios gerou polêmica no Senado. Em discurso, a senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou que o presidente da República cedeu a pressões de grupos contrários aos interesses indígenas.

Já o senador Edison Lobão (PFL-MA) questionou a necessidade de reservas indígenas muito extensas. "Mais de 10% do nosso país estão nas mãos de 250 mil índios. Só a favela da Rocinha, no Rio, tem mais de 300 mil pessoas".

Em resposta, Marina Silva lembrou que houve "verdadeiro extermínio" de índios no país e aos poucos suas terras são tomadas. O senador Bernardo Cabral (AM) solidarizou-se com Marina Silva.

Ademir destaca eleição de socialista em Portugal

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) destacou ontem a eleição de Jorge Sampaio para presidente de Portugal, ressaltando que a vitória do Partido Socialista Português (PSP) reforça as expectativas de um relacionamento cada vez mais proveitoso entre aquele país e o Brasil, principalmente do ponto de vista comercial.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h - Reunião da Comissão Diretora.

13h - Participa de almoço no Palácio da Alvorada.

14h30 - Preside sessão deliberativa do Senado.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: *PLC nº 124/95, que institui fonte de custeio para a manutenção da Seguridade Social; *PLC nº 140/95, que dispõe sobre o desmembramento e reorganização da Carreira Policial Civil do Distrito Federal e fixa remuneração; *PLC nº 5/96, que reorganiza as classes da Carreira Policial Federal e fixa remuneração dos cargos que as integram; e *Ofício nº s/73/95, relativo a solicitação de contratação de operação de

crédito pelo Estado do Espírito Santo.

COMISSÕES

10h - Comissão Especial, que institui o Código de Trânsito Brasileiro

Pauta: *Apresentação do relatório final. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PEC nº 68/95, que cria o Fundo de Estabilização Fiscal. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: *Mensagens da Presidência da República, submetendo à apreciação do Senado os nomes dos embaixadores Arnaldo Carrilho, junto ao Reino da Tailândia; João Gualberto Marques Porto Junior, junto à República da Nicarágua; e Sergio de Souza Fontes Arruda, junto à Comunidade das Bahamas. Local: Sala 7 - Ala Senador Alexandre Costa.

Senadores discutem incidente com brigadeiro Ivan Frota

Plenário debate se militar deveria ter sido ouvido ou não pelas comissões encarregadas de examinar o caso Sivam



Emília Fernandes

Emília defende controle nacional do projeto

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) advertiu ontem que a Amazônia exige um sistema de vigilância que resguarde os interesses e a soberania nacionais sobre o território e as informações dele advindas. Na opinião da senadora, o atual projeto Sivam, em discussão no Senado, está evadido de problemas e questionamentos que recomendam sua rejeição.

Sarney acha injusta declaração de Simon

O presidente do Senado, José Sarney, considerou ontem injustas as afirmações do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que, questionando a iniciativa de uma representação judicial contra o brigadeiro Ivan Frota, disse que a providência partira de um ex-dirigente da Arena que se encontrava no Congresso quando da votação do AI-5 e não havia protestado na ocasião.

Sarney classificou como "inverdade" as afirmações de Pedro Simon sobre sua atuação política. Disse que era governador do Maranhão quando da edição do AI-5 e que, naquele momento, teve a coragem de passar um telegrama ao então presidente da República discordando do ato institucional, com isso correndo o risco de sofrer punição.

Quando à iniciativa de encaminhar representação à Procuradoria-Geral da República, o senador José Sarney explicou que esse foi um desejo da instituição. "Fiz somente o que a Casa queria para proteger a honra e o prestígio dos senadores", afirmou o presidente do Senado.

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) afirmou ontem que a decisão de não ouvir o depoimento do brigadeiro Ivan Frota, tomada pelo presidente dos trabalhos das três comissões que analisam o caso Sivam, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), só é aceitável porque aquela atitude evitou o pior.

Rocha disse que é preciso escutar o que o brigadeiro teria a dizer, mesmo que não oficialmente, e contestou o líder do governo, senador Elcio Alvares (PFL-ES), para quem entre as atribuições das três comissões não está incluído o questionamento de um contrato já celebrado.

O senador Carlos Wilson (PSDB-PE), em aparte, perguntou que atitude Sebastião Rocha tomaria caso fosse ele o presidente daquelas comissões.



Rocha

Reiterando que, frente ao tumulto, a atitude de Antonio Carlos Magalhães foi correta, ele considerou que, se a situação fosse normal, inquiriria o brigadeiro sobre que senadores teriam sido "comprados" pelo governo, como declarou em entrevista e reafirmou na comissão.

Em longo aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que Ivan Frota foi de uma "infelicidade doentia", mas que, se fosse o presidente, deixaria o brigadeiro falar e repetir sua pregação de golpe de Estado. Feito isso, continuou, o senador Antonio Carlos Magalhães deveria chamar a segurança e dar ordem de prisão ao depoente por incitação ao golpe dentro do Congresso Nacional.

Antonio Carlos, que estava fora do plenário na hora da dis-

cussão, voltou mais tarde e disse que não responderia a Simon porque o senador peemedebista não se encontrava em plenário.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) salientou que o brigadeiro pode usar de entrevistas para falar, mas reconvocá-lo seria, a seu ver, "o mesmo que pedir desculpas e colocar o Senado de cócoras".

Em sua intervenção, o senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) destacou que a comissão do Sivam não tem poderes de CPI e, a rigor, os depoentes podem até mentir. Quanto ao incidente, ele apontou que o presidente e os membros da comissão estavam então na condição de juizes tomando um depoimento. "Não conheço um juiz que, diante de alguém que o agride pessoalmente, tenha mantido o andamento da audiência", disse.

Valadares e Dutra insistem em ouvir ex-presidente do Incra

Os senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e José Eduardo Dutra (PT-SE) insistem na convocação do ex-presidente do Incra Francisco Graziano para depor nas comissões encarregadas de examinar o caso Sivam.

Ontem pela manhã, na Comissão de Constituição e Justiça, Valadares solicitou ao presidente urgência na apreciação de recurso que impetrou junto à Mesa do Senado requerendo a convocação de Graziano.

Diante do esclarecimento do presidente da comissão, senador Íris Rezende (PMDB-

GO), de que o recurso ainda não havia sido encaminhado à comissão, Valadares pediu que o documento fosse requisitado com urgência pela CCJ.

A solicitação de Valadares foi reforçada pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Em discurso no plenário, à tarde, José Eduardo Dutra afirmou que "o Senado não pode aprovar nenhuma resolução sobre o Sivam reconhecendo apenas a retirada da Escra". Além da convocação de Graziano, ele solicitou também que sejam ouvidos cientistas da SBPC.

Aprovado parecer sobre as emendas de plenário à LDB

Em reunião conjunta realizada ontem, as Comissões de Educação e de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovaram o parecer do senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ) às emendas apresentadas em plenário, durante a discussão suplementar, ao projeto que institui nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). O projeto volta agora ao plenário da Casa, para votação final.

Segundo explicou Darcy Ribeiro, no parecer, a maioria das emendas apresentadas foi acolhida, o que, salientou, contribui para o aperfeiçoamento da proposição.

Dutra quer ouvir Serra sobre a Vale

A presença do ministro do Planejamento José Serra, no Senado, para falar sobre a privatização da Companhia



Dutra

Vale do Rio Doce foi cobrada pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Ele defendeu também a vinda do presidente do BNDES, Mendonça de Barros, e da diretora de desestatização do órgão, Elena Landau.

Suassuna sugere tributo para rodovias



Suassuna

APB) sugeriu a criação de um tributo sobre combustíveis, a ser pago por quem usa carro. Ele explicou que a experiência revela que, onde não há fundo vinculado à conservação, as estradas se deterioram rapidamente.

Nabor anuncia recursos para o Acre

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) anunciou ter recebido relatório verbal de funcionários do Ministério



Nabor

da Fazenda, segundo o qual o governo acreano conseguiu finalmente assinar um convênio que permitirá o pagamento da segunda parte dos vencimentos de dezembro.

Jefferson critica "desperdício" com a criação de municípios

Senador anuncia apresentação de proposta de emenda constitucional para evitar desvirtuamento de lei

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) anunciou ontem que está elaborando uma proposta de emenda constitucional para disciplinar a criação de municípios. No seu entender, a lei que permite a criação de novos municípios está sendo desvirtuada e



Jefferson

transformou-se "num enorme desperdício de dinheiro público".

- Os mil municípios criados nos últimos anos fragilizaram os outros 4 mil, ao lhes subtrair receitas - criticou Jefferson Peres.

Segundo o senador, o municipalismo é uma bela

idéia se tomada no sentido de descentralização do poder, mediante crescente municipalização dos serviços públicos. Na sua opinião, no entanto, passados sete anos, a experiência mostra que são pífios os resultados práticos dessa autonomia, salvo poucas exceções.

Valadares quer recursos do FGTS na microempresa

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou ontem projeto de lei que, se aprovado, irá permitir ao trabalhador movimentar os recursos de sua conta vinculada ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS para constituição de microempresa. A proposição estabelece limites mínimo de 6.288 e máximo 12.576 Ufirs, cerca de R\$ 5 mil e R\$ 10 mil, "para beneficiar microempresas com o mínimo de viabilidade econômica de instalação".

Na justificativa do projeto, Valadares afirma que a iniciativa "está diretamente relacionada com uma das finalidades que nortearam a criação do FGTS, que foi concebido para se constituir em uma poupança capaz de atender a diversos objetivos, um dos quais o de permitir que o trabalhador constituísse a sua própria empresa". Ele observou que o projeto recebeu apoio do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) "pelo seu alcance social".

Suplicy diz que líder descumpriu promessa

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que a palavra empenhada pelo líder do governo, senador Elcio Alvares (PFL-ES), deve ser respeitada e, para que isso aconteça, é necessário que as promessas do líder sejam cumpridas. Suplicy referia-se à votação do projeto de lei do imposto de renda no Senado, no final de 95, quando Elcio pro-

meteu que artigos daquela lei seriam vetados, o que, segundo Suplicy, não ocorreu. Ele disse que o presidente da República promulgou a lei com veto integral aos artigos 32 e 33, mas vetou apenas parcialmente o artigo 34. José Eduardo Dutra (PT-SE) e Pedro Simon (PMDB-RS), em apertes, apoiaram Suplicy.

Benedita defende usufruto do Lloyd por funcionários

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) manifestou ontem sua posição favorável à concessão de usufruto do Lloyd Brasileiro por uma parte de seus credores, os funcionários. Do ponto de vista do próprio governo, a proposta não implica gasto algum e, mantido o atual processo de liquidação, o governo federal deverá despendar R\$ 324 milhões, afirmou.

Segundo a senadora, a proposta envolve três estágios de saneamento das finanças do Lloyd, culminando com a aquisição do controle acionário da empresa por parceria entre funcionários e empresas privadas. Benedita pediu o empenho dos parlamentares para que o governo dê esse crédito de confiança aos funcionários.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo** - Flávio de Matos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa** - José do Carmo Andrade ■ **Editores** - Djalma Lima Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos** - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ **Revisão:** Maria das Graças Aureliano ■ **Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**